



JUVENTUDE E QUESTÃO SOCIAL

Camila Costa Valadão¹

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo refletir a relação entre “juventude” e “questão social”. Para tanto, contextualiza os diversos conceitos e significados dessas categorias, na perspectiva de compreendê-las em sua complexidade. Neste sentido, são apresentadas as diversas concepções de juventude e os muitos entendimentos que perpassam o “ser jovem”, além de situar a questão social e suas novas expressões na sociedade capitalista atual.

Palavras-chave: Jovem, Juventudes, Questão Social, Neoliberalismo.

ABSTRACT: This article aims to reflect the relationship between "youth" and "social issues." Therefore, contextualizes the various concepts and meanings of these categories in the point of view to understand them in their complexity. In this sense, it will presented many conceptions of youth and understandings that underlie the "being young" and also situate social issues and new expressions in modern capitalist society.

Key words: Young, Youth, Social Issues, Neoliberalism.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. E-mail: milacvaladao@gmail.com .



1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo refletir a relação entre “juventude” e “questão social”. Para tanto, contextualiza os diversos conceitos e significados dessas categorias, na perspectiva de compreendê-las em sua complexidade. Neste sentido, são apresentadas as diversas concepções de juventude e os muitos entendimentos que perpassam o “ser jovem” na sociedade moderna, além de situar a questão social e suas novas expressões na sociedade capitalista atual. Questão social, aqui entendida, em acordo com Lamamoto, como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social cada vez mais coletiva, o trabalho amplamente social e a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

O conceito de juventude é utilizado de modo indiscriminado, explicitando-se pouco os diversos entendimentos existentes. Não há um critério comum para conceituar o que seja “juventude”. Cada autor dá ênfase a uma(s) ou outra(s) dimensão(ões) do que se configura a sua realidade. Essas concepções podem ser complementares ou divergentes.

2 DESENVOLVIMENTO

Ao abordar como tema “juventude” e “questão social”, faz-se necessário contextualizar os diversos conceitos e significados que abrangem essas complexas categorias. Neste sentido, apresenta-se aqui, respectivamente, algumas concepções acerca da juventude e questão social.

A pesquisadora Consuelo Quiroga faz um exame dos estudos sobre juventude no Brasil e aponta a escassez de produções tanto por parte das instituições do Estado quanto pelos organismos da sociedade civil e de estudiosos em particular. A autora evidencia o baixo investimento do Estado em estudos sistemáticos sobre a juventude que possam propiciar reconhecimentos importantes e oferecer subsídios para as ações destinadas a esse segmento (QUIROGA, 2001).

De acordo com Abramo, até os anos de 1960, a visibilidade da juventude no Brasil ficou restrita a jovens escolarizados de classe média, significado que condensava a situação



juvenil. Durante a década de 80, o foco da preocupação ficou centrado na questão das crianças e adolescentes em situação de risco, que emergiu como um tema de extrema gravidade, desencadeando um processo importante de mobilização em torno da defesa dos direitos deste segmento. Isso polarizou o debate no que diz respeito à juventude, fazendo com que esse termo durante muito tempo, se referisse ao período da adolescência, muitas vezes como algo indistinto da infância. “Os jovens propriamente ditos ficaram fora do escopo das ações, e do debate sobre direitos e cidadania” (ABRAMO, 2005, pag.39).

A percepção da juventude para além da adolescência em risco e para além dos setores de classe média, segundo Abramo, é mais recente.

Em certa medida, como ampliação da preocupação vigente com a adolescência, na “descoberta” de que os problemas de vulnerabilidade e risco terminam aos 18 anos, mas muitas vezes se intensificam a partir daí. Mas também pelo aparecimento de novos atores juvenis, em grande parte dos setores populares, que vieram a público, principalmente por meio de expressões ligadas a um estilo cultural, colocar questões que os afetam e preocupam, diferentes daquelas colocadas pelas gerações juvenis precedentes, e para os quais não havia nem mesmo formulações elaboradas no plano da política. Por essas duas vertentes começaram a ser demandados, propostos, executados, algumas ações e projetos para esses segmentos, agora sob o termo “juventude” (ABRAMO, 2005, pg. 39).

A concepção de juventude é cheia de controvérsias, expressando os muitos entendimentos que perpassam o “ser jovem” na sociedade moderna que, muitas vezes, podem ser compatíveis ou representar posicionamentos divergentes e até opostos. De acordo com Quiroga

[...] não existe um critério comum para conceituar o que seja “juventude”. Cada autor dá ênfase a uma(s) ou outra (s) dimensão(ões) do que configura a sua realidade expressando uma maneira peculiar de entendê-la enquanto expressão real e categoria social. Pode-se dizer que a abordagem das questões juvenis e, conseqüentemente, os conceitos daí elaborados são construídos a partir de diferentes angulações, com significativos pontos de confluência e divergência (QUIROGA, 2001, pg. 72).

Entre as diferentes questões presentes no conceito de juventude, destacamos, de acordo com Quiroga, a juventude como uma categoria social construída sócio-historicamente como as demais que correspondem aos outros períodos da vida (infância e velhice), não podendo ser vista, portanto, como um fato natural e universal. Os



diferentes momentos do ciclo de vida humana não são algo somente afeitos ao plano do desenvolvimento natural, dotados de características universais, mas, trata-se de algo construído e inserido socialmente e historicamente em determinados contextos (QUIROGA, 2001). Para a autora,

[...] a prática dessa perspectiva traz uma multiplicidade de entendimentos das questões que envolvem a juventude, nos mais variados contextos, inserida em diversos segmentos sociais e em momentos históricos determinados, influenciando e sendo influenciado por sua condição social expressa em situações objetivas e subjetivas de vida. Enfim a categoria juventude como construção sócio-cultural constitutiva de realidades sociais concretas muda no transcurso da histórica e em cada espaço social, no interior das sociedades, constituindo-se, pois uma criação permanentemente renovada (QUIROGA, 2001, pg. 76).

Abramo também destaca que os conteúdos, a duração e significação social dos atributos das fases da vida são culturais e históricas, e que a juventude nem sempre apareceu como etapa singularmente demarcada. De acordo com a autora, no pensamento sociológico a juventude “nasce” na sociedade moderna ocidental, como um tempo a mais de preparação para a complexidade das tarefas de produção e a sofisticação das relações sociais que a sociedade industrial trouxe. Estudos recentes têm sido feitos sobre os modos de transição para a vida adulta, cuja finalização, classicamente, guarda os seguintes marcos: deixar a escola; começar a trabalhar; sair da família de origem, casar e formar um novo lar (e ter filhos). Contudo, tais estudos têm mostrado modificações nestes processos, trazidas em grande parte pelas mudanças no mundo do trabalho e nas possibilidades e padrões de inserção no “mundo adulto” (ABRAMO, 2005).

A idade constitui, para a grande maioria dos autores, um ponto de partida para iniciar uma definição do conceito juventude. Para alguns, no entanto, é assumida como referência principal para a consideração do que é ser jovem. Para muitos outros, existe a concordância de que a idade constitui uma dimensão imprescindível que o conceito de juventude evoca, mas, reconhecem, entretanto, que ela não pode ser considerada o grande marco para precisar os contornos do “ser jovem”. Na década de 50 e 60 eram considerados jovens aqueles que não haviam chegado aos 22 anos, ou seja, a maioridade civil adquirida aos 21 anos era um certo marco da definição do que era juvenil.



A década seguinte, os anos 70, trouxeram um alargamento deste tempo, prolongando até, aproximadamente, os 24 anos essa etapa reservada a juventude. Nos dias de hoje existe uma tendência de ampliação desse período, que vem se efetivando num contexto de mudanças econômicas sociais e culturais no qual as possibilidades e características do acesso ao mercado de trabalho constitui uma delas. Há um reconhecimento, sem dúvida, de que essa divisão é construída referenciada por cada sociedade assumindo conotações próprias em cada grupo social em função de suas condições e estratégias de existência e reprodução social (QUIROGA, 2001).

A faixa etária de 15 a 29 anos vem se tornando convenção no Brasil para se delimitar a juventude, com isso, instituições de pesquisa, assim como programas destinados à juventude, têm usado esse recorte etário. Contudo, Abramo (2005) alerta para a necessidade de sempre relativizar tais marcos, uma vez que, as histórias pessoais, condicionadas pelas diferenças e desigualdades sociais de muitas ordens, produzem trajetórias diversas para os indivíduos concretos.

Com a multiplicidade de perfis da juventude alguns autores preferem denominar de “juventudes”, no plural, e não no singular, para não esquecer as diferenças e desigualdades que atravessam esta condição. A juventude é tanto patrão quanto operário, homossexual, bissexual, heterossexual, cristã, atéia, mística, negra, branca, indígena, oriental, mulher, homem. Sobre essa compreensão Frigotto (2004) ressalta a importância de levarmos em conta as particularidades e singularidades, sem cair em uma perspectiva atomizada e fragmentada. Para ele “os sujeitos jovens (ou as juventudes) teimam em ser uma unidade do diverso, econômico, cultural, étnico, de gênero, de religião etc” (FRIGOTTO, 2004, pg. 181).

Os jovens contemporâneos vivem uma constante tensão entre a busca de sua emancipação pessoal e a subordinação aos ditames da sociedade capitalista. Nos últimos anos tem aumentado o número de estudos sobre juventude no Brasil e isso está relacionado com o contexto social, econômico e cultural do país a partir do final da década de 1980, que influenciou diretamente no cotidiano da população, incluída aí a juventude.

Nos anos 1980 se inicia as políticas de ajuste neoliberal centradas na desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira, na privatização do



setor público e na redução do Estado. De acordo com Soares (2003) o ajuste neoliberal não é apenas de natureza econômica, faz parte de uma redefinição global do campo político e das relações sociais. Esse modelo inclui, por definição, a informalidade no trabalho, o desemprego, o sub-emprego, a desproteção trabalhista e, conseqüentemente, uma “nova” pobreza. Essas condições não são manifestações de que o sistema estaria “funcionando mal”, e sim a contraface do funcionamento correto de um novo modelo social de acumulação (SOARES, 2003).

O resultado desse processo é a exacerbação das expressões da questão social e o aprofundamento da pobreza dos jovens brasileiros, aumentando o número daqueles que não tem acesso à educação, saúde, cultura, lazer e trabalho. De maneira geral, os jovens passaram a chamar atenção da sociedade como vítimas ou protagonistas de “problemas sociais”, sendo, muitas vezes, estigmatizados de maneira descontextualizada e acrítica. Deste modo, faz-se necessário compreender os fundamentos da questão social, que tem atingido sobremaneira a juventude.

Iamamoto (2007) destaca que em uma perspectiva reducionista e positivista, em geral, a questão social aparece como um problema social, fato social, fenômeno social desvinculado da forma com que a sociedade produz e reproduz as relações sociais. Daí a assimilação constante e direta entre juventude e questão social.

Questão social aqui compreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social cada vez mais coletiva, o trabalho amplamente social, e a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem (IAMAMOTO, 2007).

Deste modo, Iamamoto (2008) destaca a importância de compreender as novas condições históricas que metamorfoseiam a questão social, adensando-a de novas determinações.

Hoje,

o capital financeiro assume o comando do processo de acumulação e, mediante inéditos processos sociais, envolve a economia e a sociedade, a política e a cultura, vincando profundamente as formas de sociabilidade e o jogo das forças sociais (IAMAMOTO, 2008, pg. 107).



Esse processo é concretizado a partir da intervenção política e apoio efetivo dos Estados nacionais, pois, conforme destaca a autora, só na vulgata neoliberal o Estado é externo aos “mercados”. Portanto, “o triunfo dos mercados é inconcebível sem a ativa intervenção das instâncias políticas dos Estados nacionais” (IAMAMOTO, 2008, pg. 109).

Nesse cenário, a “velha questão social” metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens. O peso desse processo recai sobre o aumento do desemprego estrutural e o conseqüente retrocesso do poder sindical, cuja desarticulação foi parte de uma estratégia política ultraliberal, como condição de viabilizar o rebaixamento salarial e estimular a competitividade entre os trabalhadores. A redução do trabalho protegido tem no seu verso a expansão do trabalho precário, temporário, subcontratado, com perda de direitos e ampliação da rotatividade da mão de obra. Esse processo acentua as alterações na composição da força de trabalho, com a expansão do contingente de mulheres, jovens, migrantes, minorias étnicas e raciais, sujeitos ao trabalho instável invisível, legalmente clandestino (IAMAMOTO, 2008).

É possível constatar essas questões a partir de dados da realidade. De acordo com o IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – a taxa de desemprego, que saltou de 6,2% para 10% entre 1995 e 2003; um aumento da informalidade de 44,7% para 45,5% no mesmo período; e a bruta queda da renda média real dos trabalhadores de 15% em oito anos, entre 1996 e 2002.

Desde de 1993 aumenta a proporção dos empregados sem carteira assinada, destituída dos direitos trabalhistas. Os jovens que querem trabalhar sofrem crescentes dificuldades para conseguir ocupação. Como informa o IPEA (2005), no grupo de jovens de 15 a 19 anos, o desemprego passou de 13% para 23% no período de 1995 a 2003. Já para os jovens de 20 a 24 anos, este índice saltou de 10% para 16%.

Somam-se a esse quadro o analfabetismo, a baixa escolaridade média da população, a precariedade da qualidade do ensino básico, as elevadas taxas de mortalidade infantil, mortalidade materna e a mortalidade por causas externas, especialmente a violência e as questões de segurança.



3 CONCLUSÃO

Como é possível constatar, a juventude só passa a ser objeto de atenção e ação, a partir do momento que possui suas condições de vida substancialmente agravadas com a exacerbação das expressões da questão social. Ainda assim, os jovens são vistos como um problema e não como sujeitos de direitos. O resultado dessa compreensão são políticas concentradas, sobretudo, a partir da idéia de prevenção, de controle ou de efeito compensatório. Ou seja, as políticas de juventude não nascem a partir da constituição de um espaço de visibilidade da condição juvenil, incluindo sua diversidade e uma concepção ampliada de direitos, mas como um aspecto da questão social.

Hoje, já é possível encontrar vários estudos e pesquisas acerca da condição juvenil, além de políticas sociais com o objetivo de minimizar as diversas expressões da questão social. Entretanto, é necessário avançar mais. É preciso criar e fortalecer os espaços de participação juvenil, considerando os jovens como parceiros e atores e não só como usuários dos serviços prestados. É necessário pensar políticas *de juventude, para a juventude e com a juventude*. É preciso ampliar substancialmente o nível de despesas públicas destinadas à juventude, pois é impossível realizar políticas, sejam elas universais ou focalizadas, sem recursos.

As reflexões aqui apresentadas trazem inquietações com a realidade e também os desafios para superar os dados de escolaridade, trabalho, renda e violência, que tem vitimado diariamente milhares de jovens nas periferias do Brasil. Portanto, essa é mais uma tentativa de compreensão crítica da realidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H.W.; BRANCO, P.P.M. (org). **Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005.



BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e história**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. ABRA (org). **Juventude e sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação**. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2004. p.180-216.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez Editora. 2007.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez Editora. 2008.

QUIROGA, Consuelo. **Trabalho e formação da identidade juvenil**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutorado em Serviço Social, 2001.

SOARES, Laura Tavares. **O desastre social**. Rio de Janeiro. Editora Record. 2003.